

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

_____ Fax: _____

Contato: _____

Declaramos para os devidos fins que recebemos, por meio de _____ o Edital acima descrito, que tem como objeto o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE.**

Estamos cientes de que os envelopes solicitados pelo Edital devem ser entregues impreterivelmente **até o dia 13 (treze) de julho às 09:00 hs (nove horas) – horário de Brasília.**

Local: _____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura

OBSERVAÇÕES: É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO EM TODOS OS CAMPOS DESTES RECIBO, LEGÍVEL DEVIDAMENTE ASSINADO E O SEU ENCAMINHAMENTO ATRAVÉS DO FAX (31) 3716 7111 CASO ISTO NÃO OCORRA, NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS PELA IMPOSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO POR QUAISQUER ALTERAÇÕES QUE SEJAM NECESSÁRIAS RELATIVAS A ESTE EDITAL.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 04/2016

PREÂMBULO

O Município de Fortuna de Minas (MG), por intermédio de suas Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Obras, Administração, Assistência Social, Fazenda e Esporte, torna público que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE**, conforme regras deste Edital, que serão ofertados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, obedecidos os fundamentos legais constantes dos dispositivos das Leis n.º 8.080/90, 8.666/93, Lei Estadual n.º 15.608/07, Portarias n.º 1.286/93, n.º 1340/12 e n.º 1034/15 do Ministério da Saúde, Decretos Estaduais 4.507/09, 4.732/09 e demais legislações aplicáveis.

Os envelopes contendo a documentação e a proposta para credenciamento deverão ser entregues até as **09hs (nove horas)** do dia **13 de julho de 2016** - prazo preclusivo do direito de participação - no Departamento de Licitações, situado a Avenida Renato Azeredo nº 210- Centro Fortuna de Minas (MG). A abertura dos envelopes terá início às **09:15 hs (nove horas e quinze minutos)**, no mesmo dia e local do recebimento dos envelopes.

Na hipótese de ocorrer qualquer fato que impeça a realização da sessão pública inaugural, fica a mesma, adiada para outro dia a ser definido, e oficialmente comunicado pela Comissão de Licitação.

A Comissão de Licitações não se responsabiliza por envelopes recebidos via Correios ou qualquer outro meio, entregues após o dia e horário estabelecidos neste edital. Estando a empresa, conseqüentemente, inabilitada a participar deste processo de Chamamento Público.

1- DO OBJETO E EDITAL

1.1 - Este Chamamento Público tem por objeto a Contratação de entidades jurídicas prestadoras de serviços de assistência à saúde para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE, para atendimento aos usuários do SUS do município de Fortuna de Minas com utilização de tabela diferenciada para remuneração, baseando-se na Portaria GM/MS N.º 1.340, de 29 de junho de 2012 e 1034 de 22/07/2015.

1.2 - O presente Edital encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, podendo ser consultado pelos interessados no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG – Avenida Renato Azeredo 210 – Centro – Fortuna de Minas/ MG, solicitado pelo Email procuradoria@fortunademinas.mg.gov.br. Informações (31) 3716-7111 – Luiz Carlos de Melo Guimarães.

2- DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A prestação de serviços objeto do presente Chamamento para Credenciamento visa a contratação de prestadores de serviços habilitados para realizar procedimentos cirúrgicos de média complexidade uma vez que o número de cirurgias ofertadas não é suficiente para atender a demanda do Município

3- DO CHAMAMENTO E CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS

3.1- De acordo com o art. 199 da Constituição Federal, as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde/SUS, segundo diretrizes desse, mediante contrato de direito público, **tendo preferência a entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;**

3.2- O credenciamento dos serviços mencionados no item 1 deverá atender às especificações e condições especiais, segundo as normas de vigilância sanitária.

3.3 - A prioridade do credenciamento será do prestador que mais atender ao interesse público e que ofertar serviços, todo elenco de procedimentos que deverão ser realizados no município de Fortuna de Minas, podendo ser credenciados vários prestadores, quantos forem necessários à boa prestação dos serviços;

3.4- As unidades contratadas deverão atuar em conformidade com os programas, metas e indicadores determinados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, atuais e futuros.

4 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – A prestação dos serviços a serem contratados serão executados **de forma parcelada até 31 de dezembro de 2016**, em consonância com a Lei 8666/93, e demanda de pedidos, que serão administrados pelas Secretarias Municipais;

4.2 - O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura do envelope de Proposta da prestação de serviço;

4.3 - Os prestadores de serviços objeto desta contratação deverão enquadrar como pessoas jurídicas, e estarem situados na base territorial da microrregião de Sete Lagoas.

5 - SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO OU IMPUGNAÇÃO

5.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos do presente Edital de licitação, na forma eletrônica através do e-mail: procuradoria@fortunademinas.mg.gov.br ou por fax **(31) 3716-7111, em até 02 (dois) dias úteis antes** da data fixada no preâmbulo deste Edital para abertura da sessão pública.

5.1.1 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser endereçados e enviados ao Presidente.

5.1.2 – Os questionamentos serão respondidos e disponibilizados para todos os interessados, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** do seu recebimento, através de e-mail ou via fax para conhecimento dos interessados.

5.2 - Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar providências ou impugnar o presente Edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, na forma escrita, encaminhada à presidente, no setor de Licitações e compras da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG, através dos correios na modalidade de correspondência expressa para o endereço Avenida Renato Azeredo nº 210 centro Fortuna de Minas/MG-CEP- 35.760-000 ou protocoladas diretamente no mesmo endereço em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada no preâmbulo deste Edital para abertura da sessão pública.

5.2.1 – Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, impugnações feitas através de fax ou e-mail.

5.3 – Este edital deverá ser lido e interpretado na sua íntegra. Após apresentação da proposta e da documentação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 – A licitante proponente deverá apresentar no local, dia e hora estabelecidos neste Edital, dois envelopes, com as seguintes informações:
(Identificação da empresa licitante)

(Identificação da empresa licitante)

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO

Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE.**

(Identificação da empresa licitante)

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE.**

6.2 – Os envelopes deverão ser entregues lacrados portando toda a documentação necessária, e serão rubricados por todos os presentes na sessão inaugural do Certame.

6.3 – Não será admitido, sob qualquer pretexto, modificar ou substituir qualquer documento constante dos envelopes apresentados, após protocolo e entrega à Comissão Especial de Licitação.

6.4 – Os documentos e propostas comerciais exigidos pelo Edital estarão, preferencialmente, numerados na seqüência conforme foram solicitados, assinados e rubricados em todas as suas folhas.

7. DA DOCUMENTAÇÃO: ENVELOPE 01

O Envelope N ° 1 – **A DOCUMENTAÇÃO** conterà, obrigatoriamente, os documentos a seguir, que dizem respeito à habilitação institucional e legal da licitante proponente, devidamente autenticados, no caso do documento apresentar frente e verso, a autenticação deverá ser feita nos dois lados, nos casos de fotocópias simples acompanhadas dos respectivos originais, para verificação e autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitações. Publicações na Imprensa oficial, referente à documentação solicitada, também serão aceitas como válidas.

7.1 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, em caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas respectivas alterações, devidamente registrados, tratando-se de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos referentes à eleição dos administradores da sociedade;

c) Declaração emitida pela instituição atestando que atende ao inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo a condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo do Anexo IV.

d) Declaração obrigatória, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo III.

7.2 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento que participará da licitação, nos termos da IN-SRF 200/2002.

b) Certificado de Regularidade de Situação -CRS- do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS-, fornecido pela Caixa Econômica Federal, dentro do seu prazo de validade;

c) Certidão Negativa de Débito Previdenciários - CND, dentro do seu prazo de validade;

d) Certidão Negativa Conjunta de Débitos Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal, e Procuradoria da Geral da Fazenda, dentro do seu prazo de validade.

e) Certidão Negativa de Débito Estadual, dentro do seu prazo de validade;

f) Certidão Negativa de débitos municipais, dentro do seu prazo de validade.

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Cópia autenticada do Diploma reconhecido pelo CRM, RG e CPF do responsável pelo serviço a ser contratado;

b) Ata de criação, portaria de nomeação dos membros, acompanhado dos dois últimos relatórios da Comissão Controle Infecção Hospitalar – CCIH;

c) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso;

7.4 - DO TRATAMENTO PRIVILEGIADO ÀS ME E EPP

7.4.1 - Documento comprobatório da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Deverão comprovar esta condição através de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, datada de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de entrega dos envelopes.

7.4.2 - A não apresentação dessa certidão no ato do credenciamento ou juntamente com a documentação implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, esse tratamento diferenciado e favorecido para esse certame;

7.4.3 - A microempresa - ME e empresa de pequeno porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.4.3 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.4.4 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Presidente da Comissão.

7.4.5.- Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 02 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

7.4.6 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n ° 8.666/93, sendo facultado ao Presidente da Comissão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

7.4.7 - Todos os documentos apresentados deverão ter como endereço a sede do licitante proponente.

7.4.8 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, numerados na ordem retro mencionada.

8. DA DOCUMENTAÇÃO: ENVELOPE 02

8.1. A proposta deverá ser apresentada no envelope contendo documentação e proposta, conforme item 5 deste Edital, **em uma via**, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em papel timbrado, com as páginas numeradas e rubricadas, em língua nacional, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas, ou omissões, devendo ser datada e assinada pelo representante do interessado.

8.2. A proposta deverá conter, na forma e no conteúdo, as exigências deste Edital, e especialmente:

8.2.1. Razão social completa do interessado, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, telefone, fax, e e-mail, se houver.

8.2.2. Número do Edital de Chamada Pública.

8.2.3. Nome e número do Banco e da Agência e número da conta corrente.

8.3.1. O valor proposto, em nenhuma hipótese poderá ser alterado e vigorará por todos os períodos pactuados.

8.3.2. Especificação clara e detalhada dos serviços ofertados, de acordo com Planilha de Programação Serviços – Termo de referência, por procedimento com base nos Componentes abaixo e no anexo VI;

8.3.3. Os procedimentos a serem contratados seguem na Portaria GM/MS N ° 1.340, de 29 de junho de 2012 e 1034 de 22/07/2015. definidos com três componentes conforme abaixo:

Componente II Especialidades e procedimentos prioritários
Vascular

040602056-6 Varicectomia Bilateral

Componente III – Outros procedimentos
Cirurgia geral

040602056-6 colistectomia
040704006-4 Hernia epigástrica
040704009-9 hernia inguinal
040704012-9 Hernia umbilical
040702028-4 Hemorroidectomia

Cirurgia Ginecologica IV
040906013-5 Histerectomia total
040907005-0 Colpoperineoplastia (ant + Post)
040906018-6 Laqueadura Tubária
040906017-8 Histeroscopia cirúrgica com ressectoscopia
040906019-4 Miomectomia

8.3.4. E todos os demais procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade considerados relevantes para a ampliação do acesso.

8.3.5. A proposta apresentada pelas empresas interessadas serão analisadas pela Secretaria de Saúde de Fortuna de Minas para definição dos procedimentos a serem realizadas por cada credenciado, levando em consideração a oferta de procedimentos, a demanda reprimida e a complexidade dos procedimentos, do controle e do acesso dos pacientes, podendo ser alterada durante a execução do contrato, se houver necessidade, com acordo entre as partes.

8.4. As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital, serão desconsideradas.

8.5. As propostas de ofertas de serviços aprovadas provenientes desta Chamada Pública de Credenciamento, não implicarão em nenhuma previsão de crédito em favor do prestador, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, autorizados pela Secretarias Municipais, e efetivamente prestados.

8.6. Terão preferência de contratação, os prestadores públicos, seguidos pelas entidades filantrópicas e pelas entidades sem fins lucrativos, segundo o § 1º, do artigo 199, da Constituição da República, e artigo 25, da Lei Federal nº. 8.080/90.

8.7. Serão selecionados para contratação somente os estabelecimentos de saúde que se encontram efetivamente em atividade, e com capacidade técnica para prestar serviços segundo o fluxo de autorização e encaminhamentos definidos pela Secretarias Municipais.

8.8. Serão desclassificadas as empresas que não estejam compatíveis com o “OBJETIVO SOCIAL” descrito no Contrato Social da Licitante Proponente.

8.9 – Não será considerada a apresentação de qualquer referência à Proposta de prestação de serviço junto à Documentação.

8.10 – Se todas as licitantes proponentes não se fizerem representar na sessão, a Comissão poderá publicar a decisão em Imprensa Oficial, abrindo então o prazo legal para interposição de recursos, que correrá a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado de habilitação, ou proceder ao recolhimento dos Termos de renúncia “via fax”.

8.11 - Todos os documentos apresentados ficarão em poder da Administração, salvo os originais, que serão xerografados pelo licitante e autenticados por membro da Comissão Especial de Licitação, e os envelopes lacrados contendo as propostas comerciais das licitantes proponentes inabilitadas, ficarão retidos na Licitação, logo após o trânsito em julgado da fase de habilitação.

9 – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Será utilizada Tabela Diferenciada para remuneração dos serviços, considerando a Portaria n° 1606/GM de 11 de setembro de 2001;

Para critério de diferenciação da tabela unificada do SUS, será utilizado o modelo da Portaria GM/MS N° 1.340, de 29 de junho de 2012 e 1034 de 22/07/2015

Valores Estimados:

COMPONENTE II	10.000,00
COMPONENTE III	20.000,00
COMPONENTE IV	10.000,00

TOTAL 40.000,00

- Descrição detalhada no Anexo VI.

9.2. As propostas de ofertas de serviços aprovadas provenientes desta Chamada Pública para credenciamento, não implicarão em nenhuma previsão de crédito em favor do prestador, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, autorizados pela Secretaria Municipal requisitante, e efetivamente prestados.

9.3. A Secretaria Municipal requisitante poderá suprimir ou acrescer o objeto contratado em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.4. As despesas decorrentes das contratações previstas neste Edital correrão por conta da dotação orçamentária: 02.06.02.10.301.1004.2076.3.3.90.39.00 – Ficha 297, 02.06.02.10.301.1013.2077.3.3.90.39.00 – Ficha 310, 02.06.02.10.305.1015.2079.3.3.90.39.00 – Ficha 328, 02.06.03.10.301.0027.2084.3.3.90.39.00 – Ficha 340.

10 – DO CONTRATO:

10.1. Será lavrado Contrato de Prestação de Serviços de Saúde com o prestador, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assiná-lo, após convocação.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo prestador, com base em motivo justificado e aceito pelas Secretarias Municipais.

10.1.2. A recusa injustificada do prestador em assinar o Contrato dentro do prazo previsto caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções legalmente estabelecidas.

10.1.3. Será até 31 de dezembro do corrente ano a vigência do presente Contrato para todos os efeitos legais, com início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II e § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93..

10.1.4 Para celebrar o contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação.

10.1.5 – A Contratada obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º. do art. 65, da Lei 8.666/93.

10.1.6 – O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da execução dos serviços contratados serão realizados pelo Serviço de Controle e Avaliação, Auditoria e Setor Contábil, sendo que o primeiro atestará as Notas Fiscais/Faturas, para efeito de liquidação.

11 – PROCESSAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO

11.1 – A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto à Presidente por um único representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento de Chamada Pública, venha a responder por sua empresa, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se através da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente apropriado, observando o seguinte:

11.1.2 – O Credenciado far-se-á por meio de **instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida**, com amplos poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome

da proponente conforme cópia do **Contrato Social**, para conferência do objeto social da empresa.

11.1.3 – A não apresentação do credenciamento impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação.

11.1.4 – Após credenciamento, será declarada aberta a sessão pela Presidente. A partir deste momento, será encerrada a admissão de novos proponentes.

11.1.5 – A abertura dos envelopes acontecerá, impreterivelmente, no dia, hora e local acima especificado.

11.1.6 – As sessões de abertura dos envelopes serão abertas ao público.

11.1.7 – Primeiro serão abertos os envelopes contendo os documentos das licitantes proponentes.

11.1.8 – Após a conferência, a Comissão poderá proferir seu julgamento na própria Sessão ou suspendê-la, para posterior análise e decisão.

11.1.9 – Caso a Comissão profira seu julgamento na própria Sessão, somente mediante renúncia expressa dos representantes de todas as licitantes proponentes, do direito de interposição de recurso contra a decisão prolatada, é que se poderá ser efetuada a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais das licitantes proponentes habilitadas.

11.1.10 – Caso todas as licitantes proponentes se fizerem representar na Sessão, a decisão será comunicada aos representantes, abrindo então o prazo legal para interposição de recursos, caso contrário, a decisão deverá ser publicada em Imprensa Oficial do Município.

11.1.11 – Julgada a fase de habilitação, proceder-se-á a abertura das Propostas de prestação de serviço das licitantes proponentes habilitadas.

11.1.12 – Abertos os envelopes contendo as Propostas de prestação de serviço das proponentes habilitadas, essas serão rubricadas por todos presentes na Sessão.

11.1.13 – A Comissão poderá proferir seu julgamento na própria Sessão ou posteriormente, quando necessitar de um maior tempo para formar seu convencimento.

11.1.14 – Sempre, em cada Sessão realizada pela Comissão Julgadora, será lavrada uma Ata, destacando todos os procedimentos adotados. Essas Atas deverão ser assinadas por todos que estiverem presentes em cada Sessão, salvo por consentimento expresso dos membros da Comissão.

11.1.15 - Proferido o julgamento, esse deverá ser publicado na Imprensa Oficial para intimação dos interessados, salvo se os representantes de todas as proponentes habilitadas, conhecendo os resultados, renunciem expressamente ao direito de interposição de recurso.

12 – DO JULGAMENTO

12.1 – A Comissão verificará se as propostas atendem as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos, desclassificando as que não satisfizerem as exigências no todo ou em parte.

13- DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

13.1 - A Administração não se obriga a contratar todos os serviços oferecidos, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda, visando a complementariedade dos serviços;

13.2 - As normas e as formas para a contratação e valores a serem pagos pelos serviços prestados e fonte dos recursos financeiros, estarão definidas no Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre as partes, parte integrante deste instrumento;

13.3 - Alterações cadastrais que impliquem mudanças nas Planilhas de Serviços devem ser previamente autorizadas pelas Secretarias Municipais Requisitantes;

13.4 - O (a) prestador (a) se submeterá às normas definidas pelas Secretarias Municipais quanto ao fluxo de atendimento;

13.5 - O prazo máximo para entrega dos serviços, não poderá ultrapassar **10 dias** corridos após a solicitação.

14- PAGAMENTO

14.1 - A CONTRATANTE, após a conferência, dos procedimentos realizados, efetuará o pagamento diretamente na conta corrente da CONTRATADA. Após a validação dos documentos, realizados pelas Secretarias Municipais, o (a) PRESTADOR (A), receberá até o DECIMO QUINTO dia do mês subsequente, o pagamento referente aos serviços autorizados.

15- DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO

Os serviços operacionalizados pelo PRESTADOR deverão atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Fortuna de Minas, que encaminhará os usuários do município de Fortuna de Minas, devendo ser obedecidas as normas estabelecidas neste chamamento.

O Prestador se submeterá às normas definidas pela Secretaria de Municipal de Saúde de Fortuna de Minas quanto ao fluxo de atendimento, sua comprovação e realização de exames subsequentes, o local de revisão das contas ambulatoriais e outros procedimentos necessários, visando garantir o bom atendimento aos usuários do município de Fortuna de Minas.

15.1 Caráter do atendimento:

Tratando-se de atendimento eletivo, a cirurgia somente deverá ser efetuada obrigatoriamente pelo Hospital mediante encaminhamento efetuado pela Secretaria de Saúde de Fortuna de Minas.

O Prestador deverá:

- a) Garantir aos pacientes que irão realizar eletivamente os procedimentos cirúrgicos o acesso à consulta de avaliação pré e pós-operatória sendo estas realizadas pelo médico que irá realizar o procedimento cirúrgico;
- b) Fornecer gratuitamente todos os medicamentos que necessitem ser utilizados em ambiente hospitalar;
- c) Garantir materiais necessários às cirurgias, incluindo nesse caso, todo e qualquer medicamento imprescindível para a realização dos procedimentos.
- d) Adotar os protocolos de regulação de acesso vigentes no Sistema Único de Saúde;
- e) Não cobrar e não permitir a cobrança de complementação, a qualquer título por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde;
- f) Manter sempre atualizado, completo com letra legível os prontuários dos pacientes;
- g) Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, atendendo os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- h) Responsabilizar-se integralmente pelos funcionários com os quais estabeleceram vínculo empregatício, procedendo aos descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE;
- i) Responsabilizar-se pela indenização de danos causados ao paciente, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados, ficando assegurado o direito de regresso.

16 - DO CONTRATO

16.1 – A vigência do contrato a ser firmado será até 31 de dezembro do corrente ano, podendo ser prorrogado contados da data de sua assinatura, em consonância com Artigo 57 da Lei 8.666/93.

16.2. Para celebrar o contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação.

16.3 – A Contratada obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º. do art. 65, da Lei 8.666/93.

16.4 – O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da execução dos serviços contratados serão realizados pelo Serviço de Controle e Avaliação, Auditoria e Setor Contábil, sendo que o primeiro atestará as Notas Fiscais/Faturas, para efeito de liquidação.

16.5 – A contratação do objeto desta licitação será feita mediante instrumento hábil de adjudicação com a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas.

16.6 – A licitante vencedora deverá retirar o instrumento hábil de adjudicação junto a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas / MG em até 03 (três) dias da convocação escrita, sob pena de ser a proposta considerada deserta, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas em lei e no presente Edital.

17 – DAS PENALIDADES

17.1 – A empresa contratada que deixar de cumprir quaisquer das obrigações pactuadas assumidas, bem como deixar de cumprir os prazos de fornecimento do objeto constantes do cronograma indicados pelas Secretarias Municipais, garantida a defesa prévia, ficará sujeita as seguintes penalidades:

17.1.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre as partes ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada em cada caso, as sanções previstas na Lei Federal N.º 8.666/93 e alterações, Lei Federal de 1651/95, e combinado com o disposto no parágrafo segundo do artigo 7º, da Portaria N.º 1.286/93 do Ministério da Saúde, ou seja:

a) Advertência escrita;

b) Multa de 2% até 5% dos valores do contrato, podendo utilizar como parâmetro a serie histórica dos últimos seis meses pagos ao **CONTRATADO**;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

d) Suspensão temporária dos encaminhamentos de usuários aos procedimentos previstos neste contrato;

e) Rescisão de contrato;

f) Suspensão temporária de contratar com a Secretaria Municipal de Fortuna de Minas;

g) Descredenciamento do Sistema Único de Saúde.

17.2 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do “Caput” deste parágrafo poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, conforme parágrafo 3º do art.86 da Lei 8.666/93.

17.3 - O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos do CONTRATADO, a critério do CONTRATANTE.

17.4 - O contrato deverá ser assinado pela empresa credenciada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

17.5 - A empresa que se recusar a assinar o Contrato, não aceitar ou não retirar o mesmo no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas neste edital.

17.6 - Fica reservada à Administração a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Edital, sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. O presente Credenciamento/Chamamento poderá ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba a qualquer prestador direito à indenização, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do § 3º, do artigo 49, da Lei nº. 8666/93.

18.2. Será facultado à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase do procedimento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão.

18.3. Estarão impedidos de participar deste Credenciamento as entidades interessadas cujos sócios e/ou representantes se enquadrarem nas situações dispostas no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e/ou § 4º, do artigo 26, da Lei Federal nº. 8.080/90.

18.4 As Secretarias Municipais poderão, em casos específicos e sob critérios definidos em normatização complementar, determinar a realização de auditoria.

18.5. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do prestador poderá ensejar a rescisão do Contrato proveniente deste Edital ou a revisão das condições ora estipuladas.

18.6. As fiscalizações exercidas pela Secretaria Municipal sobre os serviços que vierem a ser contratados não eximirá o prestador da sua plena responsabilidade perante a Secretaria

Municipal ou para com os usuários e a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Instrumento proveniente deste Edital.

18.7. O prestador facilitará às Secretarias Municipais o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores das Secretarias Municipais designados para tal fim.

18.8. O credenciado poderá denunciar o ajuste, a qualquer tempo, bastando para tanto, notificar a Administração, com antecedência de 90 (noventa) dias.

18.9. Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos Contratos a serem firmados o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei nº 5779/99.

18.9.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais;

18.9.2. Cobrar qualquer sobretaxa em relação à tabela de preços;

18.9.3. Cobrar quaisquer serviços, direta ou indiretamente ao usuário;

18.9.4. Solicitar e/ou exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco;

18.9.5. Solicitar qualquer tipo de doação;

18.9.6. O atraso injustificado no início do serviço;

18.9.7. A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

18.9.8. Desempenho insatisfatório do prestador;

18.9.9. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do prestador poderá ensejar a rescisão do contrato.

18.9.10. O não atendimento das determinações regulares do Supervisor/Auditor designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, as de seus superiores;

18.9.11. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

18.9.12. Nos casos enumerados nos incisos IX, X, XI, XIV, XV, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei Federal nº. 8.666/93.

18.10. Em caso de rescisão ou denúncia, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério das Secretarias Municipais, será observado o prazo de até 60 (cento) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o prestador negligenciar na prestação dos serviços que vierem a ser contratados, a multa poderá ser duplicada.

18.11. Das decisões das Secretarias Municipais de rescindir os Contratos, caberá ao prestador pedido de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

18.12. Sobre o pedido de reconsideração, formulado nos termos do subitem anterior, a Secretaria Municipal deverá manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis e terá efeito suspensivo.

18.13. Qualquer alteração do Contrato desde que legalmente permitido será objeto de Termo Aditivo.

18.14 - Estarão impedidos de participar deste chamamento as entidades interessadas cujos sócios e/ou representantes se enquadrarem nas situações dispostas no artigo 9º da lei nº 8.666/93 e/ou parágrafo 4º, do artigo 26, da lei 8.080/90.

18.15 - O Prefeito Municipal poderá revogar o presente credenciamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

18.16 - O local (clínica ou hospital) onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, em hipótese alguma serão realizados em dependências de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Fortuna de Minas.

19 – DO FORO

19.1- Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste processo, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Sete Lagoas/ MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fortuna de Minas/MG, 29 de junho de 2016

LUIZ CARLOS DE MELO GUIMARÃES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I
CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA CREDENCIAMENTO 04/2016

Senhores Membros da Comissão Julgadora.

Pela presente carta, credenciamos junto o Município de Fortuna de Minas - MG, para efeitos de acompanhamento dos trâmites da Chamada Pública de Credenciamento 04/2016, o (a) Senhor (a), brasileiro (a) , (estado civil), identidade n.º, expedida pela.....em...../...../....., que representará a licitante proponente.....estabelecida em.....à Rua....., n.º..... e inscrita no CNPJ/MF sob o número.....sendo este senhor a única pessoa a nos representar na audiência de abertura e julgamento dos envelopes contendo a documentação e proposta comercial, podendo impugnar documentos, protestar, recorrer, renunciar a prazos recursais e outros atos que necessário for para o bom andamento dos trabalhos.

Local e data.....

(Assinatura dos responsáveis legais sobre carimbo)

ANEXO II
PROPOSTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

....., de de 2016.

A

prefeitura MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ATT. COMISSÃO JULGADORA

A..... com sede na CNPJ n.º INSCRIÇÃO ESTADUAL n.º vem apresentar sua proposta para fornecimento dos do objeto contido no Edital do Processo de Chamamento Público para Credenciamento e declara de acordo com os termos do Edital e seus Anexos.

Na eventualidade de ser credenciada na presente Licitação, indica para assinatura do Contrato o (s) seu (s) representante (s) legal (ais) Sr. (s), portador da CI, CPF:

Propomos, para o fornecimento completo do objeto licitado, os valores dispostos no Anexo I abaixo, ou seja, aqueles propostos pela Administração Municipal.

Componente	Código	Valor Unitário	Procedimento
II			
II	040602056-6	1.164,08	<i>Varicectomia Bilateral</i>
III			
III	040602056-6	1.391,54	<i>Colistectomia</i>
III	040704006-4	1.119,74	<i>Hernia epigástrica</i>
III	040704009-9	852,04	<i>Hernia inguinal</i>
III	040704012-9	869,98	<i>Hernia umbilical</i>
III	040702028-4	631,88	<i>Hemorroidectomia</i>
IV			
IV	040906013-5	1.268,06	<i>Histerectomia total</i>
IV	040907005-0	944,86	<i>Colpoperineoplastia (ant + Post)</i>
IV	040906018-6	678,04	<i>Laqueadura Tubária</i>
IV	040906017-8	346,66	<i>Histeroscopia</i>
IV	040906019-4	1.057,88	<i>Miomectomia</i>

OBS: O quantitativo de procedimentos e o valor são estimados, sendo estimados no valor total de R\$ 20.000,00, mas havendo demanda e recursos estes valores poderão ser ampliados.

Forma de pagamento:

A CONTRATANTE, após a conferência, dos procedimentos realizados, efetuará o pagamento diretamente na conta corrente da CONTRATADA. Após a validação dos documentos, realizados pela Secretaria Municipal, o (a) PRESTADOR (A), receberá até o DECIMO QUINTO dia do mês subseqüente, o pagamento referente aos serviços autorizados

O prazo de validade **da proposta é de 60 (sessenta) dias**, a contar da data da abertura da proposta.

OBSERVAÇÕES GERAIS

O fornecimento deverá ser **PARCELADO**, conforme Autorização de Fornecimento.

O prazo de fornecimento do objeto será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do Contrato.

A Validade da Proposta será de no mínimo de **60 (sessenta) dias**. Cotar até **02 (duas)** casas após a vírgula, tanto para valores unitários como para valores totais.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação.

Noticiamos os dados completos sócio proprietário desta empresa: Senhor (a)....., brasileiro(a), (estado civil), CPF n.º, RG n.º, data de expedição,Telefone.....,e-mail do sócio proprietário.....,residente e domiciliado na (Rua, Avenida, Alameda, Praça etc)....., n.º....., (Bairro, Distrito, etc), Complemento, município de, Estado de(a)....., sendo este senhor a pessoa responsável por assinar o instrumento de contrato (ou instrumento congênere) que eventualmente seja firmado pelas partes.

Fortuna de Minas, de 2016.

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, sob as penas da Lei, e em conformidade com o artigo 9º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, que até a presente data não existem fatos impeditivos para a habilitação da empresa acima no processo anteriormente mencionado, e estou ciente que devo declará-lo caso venha a ocorrer durante qualquer da fase do processo.

_____, ____ de _____ 2016.

Representante legal
(com carimbo da empresa)

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante

ANEXO IV
MODELO DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ n
º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.
(a), portador da Carteira de
Identidade n º e do CPF n º, **DECLARA,**
sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da
Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....

(data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo

(representante legal)

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO
Credenciamento n° 04/2016

INSTRUMENTO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS E A EMPRESA.....

O MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, pessoa jurídica de direito público, sita na Avenida Renato Azeredo n.º 210, centro, inscrita no CNPJ ____ neste ato representada pelo Prefeito Municipal, João Evangelista de Abreu Pontes, brasileiro, solteiro, CPF n.º _____, residente e domiciliado no município de Fortuna de Minas, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n.º _____, com sede e administração na Rua _____, na cidade de Fortuna de Minas, aqui representada pelos seus sócios ou pôr procurador devidamente constituído, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente instrumento de contrato para fornecimento do objeto licitado, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, proposta da **CONTRATADA** datada de _____, oriunda do processo de Chamamento Público para Credenciamento da Secretaria Municipal de Saúde do município de Fortuna de Minas - MG e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - Credenciamento a ser realizado na Contratação de Prestação de Serviço Médico na área de Medicina do Trabalho para avaliar a capacidade dos candidatos às vagas aprovadas no Concurso Público n° 01/2015, realizar consultas para validação de atestados médicos, realizar exames clínicos para retorno ao trabalho, mudança de função e exame clínico demissional e avaliação dos funcionários que apresentarem o atestado médico, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do instrumento convocatório do Chamamento Público, bem como a proposta da **CONTRATADA**, Anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - A Contratante, através da Secretária Municipal de Saúde, pagará a CONTRATADA mensalmente pelos serviços efetivamente prestados, desde que previamente autorizados, conforme valores constantes no anexo II.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços executados no mês serão pagos até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal que deverá ser encaminhada para a Secretaria Municipal de Saúde de Fortuna de Minas no 1º dia útil do mês subsequente a realização dos procedimentos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de ocorrência de inadimplência por parte da prefeitura no cumprimento de sua obrigação, os valores expressos nas medições serão

corrigidos monetariamente até o dia do efetivo pagamento, processando-se o cálculo “Pro rata die”, tendo como base a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos à fornecimento, ainda que a requerimento do interessado.

PARÁGRAFO QUARTO: Será permitido o reequilíbrio econômico financeiro do presente instrumento de contrato pertinente a este Chamamento Público, nos termos e condições da legislação aplicada ao caso, sempre que houver concordância da Administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO PARA FORNECIMENTO - O prazo máximo para a prestação dos serviços, será de até 31 de dezembro do corrente ano ou quando esgotar o quantitativo, prevalecendo a primeira ocorrência. O referido prazo será contado a partir da data de assinatura do presente Instrumento de Contrato, podendo ser prorrogado, caso haja interesse e necessidade, formalizando a prorrogação através de termo aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Qualquer atraso no cumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior, somente será justificado, e não será considerado como inadimplemento contratual, se provocado pôr atos ou fatos imprevisíveis não imputáveis à **CONTRATADA** e devidamente aceitos pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes das compras dos materiais, objeto do presente Instrumento de Contrato, correrão por conta da dotação orçamentária n.º: 02.06.02.10.301.1004.2076.3.3.90.39.00 – Ficha 297,
02.06.02.10.301.1013.2077.3.3.90.39.00 – Ficha 310,
02.06.02.10.305.1015.2079.3.3.90.39.00 – Ficha 328,
02.06.03.10.301.0027.2084.3.3.90.39.00 – Ficha 340..

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE - Caberá à **CONTRATANTE**, após a conferência dos serviços, pela secretaria responsável, efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda deste Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer os serviços do presente Instrumento de Contrato de acordo com a proposta apresentada no Chamamento Público, a qual, como todos os documentos do processo e especificações da **CONTRATANTE**, passa a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante a vigência do presente Termo de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Chamamento Público, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É ainda obrigação da **CONTRATADA**.

- a) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas;
- b) Reparar, corrigir, remover, ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento;
- c) Participar à fiscalização ou supervisão do Município de Fortuna de Minas, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução do objeto deste contrato, no todo ou em parte, indicando as medidas para corrigir a situação;
- d) Responder por danos causados diretamente o Município de Fortuna de Minas ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES - Em caso de inadimplência contratual e o não fornecimento do objeto contratado nos prazos fixados, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação de multas e sanções de acordo com o abaixo estabelecido:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor deste Instrumento de Contrato, devidamente atualizado conforme disposto em lei;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação junto ao Município de Fortuna de Minas, pelo prazo de 03 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e sua alteração posterior;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c”, poderão ser aplicados juntamente com a alínea “b” e alínea “d” pelo Município de Fortuna de Minas, facultando a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias, com exceção da declaração de inidoneidade cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias, da abertura da vista, conforme o estabelecimento no parágrafo 3º do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e sua alteração posterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATANTE** para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela **CONTRATADA**, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e ainda:

- a) Não observar o nível de qualidade proposto para fornecimento do objeto deste instrumento;

CLÁUSULA NONA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS - A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente Termo de Contrato, rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, complementadas suas cláusulas pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA - O presente Instrumento de Contrato terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO JUDICIAL - As partes contratantes elegem, para solução judicial de quaisquer questões oriundas do presente Instrumento de Contrato, o foro da Comarca de Sete Lagoas, Minas Gerais, renunciando a qualquer outros por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas e concordes, firmam as partes o presente Instrumento de Contrato, computadorizado em duas vias, de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direitos.

Fortuna de Minas, de de 2016.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS: _____

ANEXO VI
TERMO DE REFERÊNCIA
Planilha de Programação de Serviços e Valores

Componente	Código	Valor Unitário	Procedimento	Valor estimado por semestre
II				
II	040602056 -6	1.164,08	<i>Varicectomia Bilateral</i>	
III				
III	040602056 -6	1.391,54	<i>Colistectomia</i>	
III	040704006 -4	1.119,74	<i>Hernia epigástrica</i>	
III	040704009 -9	852,04	<i>Hernia inguinal</i>	
III	040704012 -9	869,98	<i>Hernia umbilical</i>	
III	040702028 -4	631,88	<i>Hemorroidectomia</i>	
IV				
IV	040906013 -5	1.268,06	<i>Histerectomia total</i>	
IV	040907005 -0	944,86	<i>Colpoperineoplastia (ant + Post)</i>	
IV	040906018 -6	678,04	<i>Laqueadura Tubária</i>	
IV	040906017 -8	346,66	<i>Histeroscopia</i>	
IV	040906019 -4	1.057,88	<i>Miomectomia</i>	
				20.000,00